



50 anos do Golpe Militar de 64

*"A história que a mídia faz,
conta ou não conta"*

O Jornal das Senhoras e a subjetivação do feminino no jornal dedicado as mulheres ¹

FLORES, Giovanna G Benedetto (Doutor)²
PPGCL- Unisul/SC

Resumo:

O século XIX foi marcado por inúmeras transformações no Brasil-Colônia como a instalação da imprensa e a fundação do discurso jornalístico brasileiro. Nas duas primeiras décadas, os jornais que circulavam na Corte eram de predominância política e dirigidos aos homens, foi somente a partir dos anos 50 do século XIX que surgiu o primeiro jornal dedicado à mulheres: O Jornal das Senhoras, editado por Joanna de Paula Manso de Noronha. Circulando na Corte, o periódico tinha como proposta incentivar a “emancipação moral das mulheres”, embora colocasse os interesses da família como prioritários. O que percebemos, a priori, é que as mulheres eram praticamente invisíveis na imprensa que começava a se formar no Brasil. Portanto, entendemos que, naquele período, havia um processo de apagamento do feminino na imprensa no período do império. Nossa pesquisa tem como suporte teórico a Análise do Discurso, desenvolvida na França por Michel Pêcheux e no Brasil por Eni Orlandi, produzindo gestos de interpretação que buscam compreender o funcionamento das práticas sociais em diferentes épocas.

Palavras-chave: Análise do Discurso, Discurso Jornalístico, Sentidos, Imprensa Feminina

Introdução

Meados do século XIX, início do ano de 1852. O Brasil tinha praticamente acabado de proclamar sua independência de Portugal, e a imprensa brasileira estava ainda engatinhando. A nação que ainda estava se formando, já nascia marcado pelas

-
- 1 Trabalho apresentado no GT de Historiografia da Mídia integrante do 5º Encontro Regional Sul de História da Mídia – Alcar Sul 2014.
 - 2 Docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem e do Curso de Graduação em Jornalismo da Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul). Jornalista (Unisinos/RS) Mestre em Ciências da Linguagem (Unisul/SC) e Doutora em Linguística (Unicamp/SP). Integrante dos grupos de pesquisas (CNPq) em Discurso, Cultura e Mídia e em Produção e Divulgação do Conhecimento.



50 anos do Golpe Militar de 64

"A história que a mídia faz,
conta ou não conta"

diferenças: um país de iletrados, de escravos e de injustiças sociais. E as mulheres faziam parte dessa classe oprimida e sem direitos a expressar seus pensamentos. Foi justamente neste período da metade do século XIX que começa a circular no Rio de Janeiro, centro cultural e político do Brasil, o primeiro periódico redigido exclusivamente por mulheres: o *Jornal das Senhoras*. Até o surgimento deste periódico, algumas mulheres participavam da imprensa por meio de artigos e poesias, mas os poucos jornais voltados ao público feminino eram redigidos somente pelos homens.

Portanto, esse trabalho tem como objetivo analisar discursivamente a ideia de emancipação feminina proposta pela editora do *Jornal das Senhoras*, procurando compreender os sentidos de emancipação social e moral marcados neste periódico de 1852.

O *Jornal das Senhoras* tinha como epígrafe: *modas, literatura, belas artes, teatro e crítica* e vinha marcado por uma novidade: a voz feminina de Joana Paula Manso de Noronha. Argentina radicada no Brasil, Joana de Noronha, separada de um compositor e violinista português, buscava mostrar às mulheres os seus direitos, “discutindo sobre melhoramento social e emancipação moral” (Ribeiro, 2010, p.43)³.

Seguindo os costumes portugueses, devido a influência moura, a mulher quase não saía de casa, a não ser para ir à missa. Vivia cozinhando e fazendo rendas; raramente, os pais deixavam as filhas estudarem, sob a alegação de que elas poderiam assim manter correspondências amorosas não consentidas. O hábito de enviar as filhas à escola só foi absorvido pelas famílias de posses por volta da metade do século. Então, se os homens letrados eram poucos as mulheres alfabetizadas formavam um número muito reduzido. (BUIIONI, 1986, p.36)

Joana Paula de Noronha ficou apenas seis meses na direção do *Jornal das Senhoras*, o qual passou a ser editado por Violante Atabalipa Ximenes de Bivar e,

³ RIBEIRO, Mônica. Movimento feminista na fonte dos centros de combate à violência contra mulheres. In: Anais do I Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas, Universidade Estadual de Londrina, junho de 2010.



50 anos do Golpe Militar de 64

"A história que a mídia faz,
conta ou não conta"

depois, passou para a direção de Gervásia Numésia Pirs dos Santos Neves⁴, circulando até 1855. No *Jornal das Senhoras*, as mulheres participavam com artigos, mas não assinavam, ou então, usavam pseudônimos, ou seja, uma forma de poder dizer sem serem censuradas.

Já a partir dos anos 60 daquele século, a imprensa feminina se expandiu, com diversas publicações que traziam marcas do interesse de emancipação e valorização da mulher.

À medida que o século XIX transcorria com transformações e mudanças profundas na vida social e política brasileira a luta das brasileiras pela emancipação moral da mulher branca, escolarizada e classe média crescia. Pois as mulheres, ditas feministas, eram alvo de descrédito em suas lutas pela emancipação e a imprensa nacional, dominada pelo poder masculino, publicava artigos grotescos e maledicentes, ilustrados com caricaturas irônicas acerca das reivindicações emancipatórias da mulher brasileira. (MOREIRA, 2008, p.150)

Iniciativas como a revista *Belo Sexo*, que circulou no Rio de Janeiro em 1862 e editado por mulheres que não ficaram no anonimato, é um dos exemplos da expansão da imprensa feminina no Brasil. Ainda na Corte, circularam *O Domingo* (1874), também de Violante Atabalipa Velasco e *Eco das Damas* (1879), de Amélia Carolina da Silva Couto, que publicou, em 1887, *O Leque*, periódico que propunha a libertação das mulheres. Em outubro de 1897 foi lançado em São Paulo *A Mensageira*, que circulou até 1900. Em Minas Gerais, Francisca Senhorinha Motta Dinis editou o jornal *O Sexo Feminino* em 1873.

A segunda metade do século XIX será o palco privilegiado das mulheres brasileiras escritoras se lançarem no jornalismo e/ou no mercado editorial determinadas a resistirem aos poderosos instrumentos de intimidação moral

⁴ Há divergência entre autores da História da Imprensa sobre as editoras do *Jornal das Senhoras*.



50 anos do Golpe Militar de 64

"A história que a mídia faz,
conta ou não conta"

e/ou sexistas lançados pelos guardiões da sociedade patriarcal brasileira a qualquer mulher-escritora que se aventurasse pelo território masculino da escrita. (MOREIRA, 2008, p. 152)

Portanto, foi a partir da segunda metade do século XIX que a imprensa feminina começou a despertar no Brasil, embora de maneira muito tímida e fortificando o modelo já existente.

Análise

Voltando ao *Jornal das Senhoras*, o periódico buscava demonstrar às mulheres que elas podiam ser emancipadas e que não dependiam dos homens e casamentos para adquirirem direitos.

Já no primeiro número, Joana de Noronha apresenta em suas formulações este viés argumentativo. Começa a edição relacionando a Corte brasileira com a Europa, principalmente a França, Inglaterra, Itália, Espanha e Portugal, onde as mulheres colaboravam nos jornais. Para Joana de Noronha, o Brasil precisava se igualar à tendência da sociedade europeia, incluindo as mulheres na produção jornalística.

Por ventura a América do Sul, ela só, ficará estacionária nas suas ideias, quando o mundo inteiro marcha ao progresso e tende ao aperfeiçoamento moral e material da Sociedade? Ora! Não pode ser. A sociedade do Rio de Janeiro, principalmente Corte e Capital do Império, Metrópole do sul da América, acolherá de certo com satisfação e simpatia o *Jornal das Senhoras*, redigido por uma Senhora mesma: por uma americana que, senão possui talentos, pelo menos tem a vontade e o desejo de propagar a ilustração e cooperar com todas as forças para o melhoramento social e emancipação moral da mulher. (JORNAL DAS SENHORAS, n.1, 1 de janeiro de 1852).⁵

⁵ Os exemplares do *Jornal das Senhoras* foram pesquisados no arquivo digital da Biblioteca Nacional.



50 anos do Golpe Militar de 64

"A história que a mídia faz,
conta ou não conta"

Podemos pensar discursivamente esse poder dizer que vem marcado pelo aparecimento da imprensa feminina. Se, naquele período, havia somente jornais editados por homens e que para poder dizer, muitas mulheres usavam de pseudônimos ou não assinavam os artigos, o simples fato de surgir um jornal editado por uma mulher pode ser considerado como acontecimento discursivo?

O acontecimento discursivo para a AD é a ruptura, a falha que nos remete para outros sentidos, é aquilo que “escapa”, aquilo que desestabiliza. É o que permite o deslizamento de sentido e torna possível um novo gesto de leitura, num “mundo logicamente estabilizado” (Pêcheux, 1990b, p.31). Lembramos Orlandi quando afirma que “dar sentido é construir limites, é desenvolver domínios, é descobrir sítios de significação, é tornar possível gestos de interpretação” (2003, p.15). Neste sentido, entendemos a participação de Joana de Noronha no *Jornal das Senhoras* como um não rompimento com uma ordem estabilizada, que não provoca deslocamento em relação ao jornalismo que era produzido naquela segunda metade do século XIX no Brasil.

Na textualidade no recorte abaixo, é possível identificar marcar no batimento entre o “eu” – editora, e o “tu” – mulher/interlocutora: **eu quero, da mulher, na mulher, ela, seus deveres**

Emancipação moral **da mulher** no meu limitado entender é: - sua ilustração. Não entendo por ilustração habilidades fúteis: a ilustração **na mulher** deve entender-se em primeiro lugar: - uma religião. Entendemos que a religião é o verdadeiro conhecimento dos nossos deveres para com Deus, baseados no amor e na caridade para com nossos irmãos. – O verdadeiro conhecimento dos deveres que cada criatura tem para consigo mesmo, e a subdivisões desses deveres **da mulher**: - como filha, - como esposa, - como mãe, - como ser, formado para a obra imensa do progresso social. (...) **Quero** que **a mulher** saiba que ser esposa, não quer dizer simplesmente - casar-se. Quero que **ela** estude acuradamente toda a sublime abnegação que encerram estes nomes. – Filha, Esposa, Mãe. **Quero**, que uma vez persuadida de sua missão, de **seus deveres** e de seus direitos, sinta nascer no seu coração a bela dignidade, esse santo e nobre orgulho do ser que no fundo de si mesma encontra o Eu impenetrável, onde nunca chegarão outros olhos que os de Deus; e às vezes o de uma mãe!. (JORNAL DAS SENHORAS, n. 4, 25 de janeiro de 1852). (*grifo nosso*)



50 anos do Golpe Militar de 64

"A história que a mídia faz,
conta ou não conta"

O que se lê nesta textualidade, é que a editora enuncia na terceira pessoa, isto é, a posição de que se fala não é na primeira pessoa (eu - mulher) nem na segunda (interlocutora). A posição que a editora fala da mulher é comparável a posição dos outros periódicos em que também se produz sentido desse lugar, cujo autor é um homem. Ou seja, ao enunciar, a editora “quer” que as mulheres cumpram “seus deveres”, mas sem romper com a ordem já determinada de submissão ao pai ou ao marido. A editora Joana de Noronha se coloca na mesma posição-sujeito dos editores homens. Portanto, essa posição sujeito não parece se alterar na textualidade do *Jornal das Senhoras*.

Para a AD, a posição sujeito é entendida como os “lugares” ocupados pelos sujeitos dentro de uma formação social, mobilizando alguns saberes e identificando-se com eles. Na prática discursiva, o sujeito ao falar adere à formação discursiva⁶ (FD) em que está inscrito, que determina “o que pode e deve ser dito”, podendo haver efeitos de contradição, ou seja, o sujeito pode ocupar diferentes posições dentro de uma mesma FD. A relação entre o sujeito que enuncia algo e o sujeito do saber da formação discursiva, é produzida pela identificação que esses sujeitos estabelecem entre si, e que passa a ser designada de posição-sujeito, produzindo uma intercambialidade entre os sujeitos. O conjunto de diferentes posições sujeito demonstra que é possível se relacionar com a ideologia de diferentes formas.

Se nos periódicos anteriores a participação das mulheres era (re)negada, ter um jornal editado por mulheres que tratavam de temas sociais e morais poderia colocar a mulher em igualdade com o homem, e, assim, fundar uma nova discursividade, legitimando a posição sujeito da mulher jornalista. No entanto, isso não acontece no *Jornal das Senhoras*.

⁶ Conforme Pêcheux (1988), a formação discursiva é o lugar da constituição do sentido e da identificação do sujeito em que ele se reconhece na relação consigo mesmo e com outros sujeitos e, ao se identificar, o sujeito se inscreve em processos de identificação.



50 anos do Golpe Militar de 64

"A história que a mídia faz,
conta ou não conta"

As marcas dessa discursividade podem ser lidas desde a primeira edição do jornal, com a editora explicando os objetivos do periódico:

Falar em diferentes coisas, e sobretudo das mulheres, dos seus direitos, sua missão, etc. Isto é; eu falarei se Deus não dispuser outra coisa, e se a este Jornal, lhe não acontecer o que aconteceu lá na Espanha a um tratado de E de economia política de Bentham. (...) Falar nos direitos, na missão da mulher, na sua emancipação moral! (JORNAL DAS SENHORAS, n. 2, 11 de janeiro de 1852)

Apesar da “promessa” da editora de emancipação moral da mulher”, a posição-sujeito ocupada por ela, ao enunciar, não produz tal emancipação, já que a mulher não se constitui no gesto de interpretação do seu interlocutor, do leitor do jornal, mas continua como objeto do discurso, como nos demais periódicos, a exemplo das marcas discursivas no recorte acima: **Falar em diferentes coisas, e sobretudo das mulheres, dos seus direitos, sua missão, etc.**

Podemos também perceber nesse recorte que a editora Joana de Noronha inscrevia-se no discurso religioso para ser legitimada pelas leitoras. Era através de marcas como Deus, família, direitos, que era construído o discurso do primeiro jornal escrito por uma mulher no Brasil.

Na edição de n. 4 do *Jornal das Senhoras*, a editora critica a maneira como têm sido compreendidos seus editoriais. Joana de Noronha ressalta que não deseja às mulheres atividades exercidas pelos homens, “como ser empregado público, ser oficial da marinha, ser ministro de estado, ser doutor graduado em leis”. Para ela, a emancipação feminina está ligada ao lar, a atividades de dona de casa, mas, principalmente, a reflexão de direitos e poder expressar opiniões, não sendo tratada como ser inferior pelos homens. No entanto, a opinião da editora se constrói na defesa de direitos, inteiramente dirigida aos homens. O “não” em resposta a uma afirmação que vem do seu interlocutor “homem”.



50 anos do Golpe Militar de 64

*"A história que a mídia faz,
conta ou não conta"*

(...) Nada, urge desenganar o mundo que eu não quero de modo algum contrariar a natureza; tenho-me esforçado toda a minha vida em adivinhar o pensamento do Criador e cumprir o que ele me ensina. Não entendo por emancipação moral da mulher subtrai-la à proteção do homem. – Sempre que essa proteção tenha por base a amizade, será justa. Não entendo porém por proteção, um domínio brutal. Não entendo por emancipação moral da mulher, a suspensão da obra das gerações: querer isto seria querer entronizar os vícios mais degradantes da humanidade. Não entendo por emancipação moral da mulher subtrai-la à sua missão marcada pelo Criador – a mãe e esposa. (JORNAL DAS SENHORAS, n. 4, 25 de janeiro de 1852).

Ou no trecho da edição n. 6, em que Joana de Noronha debate novamente com um leitor que não concorda com as ideias da jornalista.

Porque considerando o matrimonio, não como uma venda infame do corpo e da alma da mulher, dessa a quem Deus tanto distinguiu fazendo dela a Mãe, porque considerando o matrimonio simplesmente como um contrato social, quis que a mulher entrasse no gozo de seus direitos, que a bondade de Deus lhe doou, e que o estúpido egoísmo do homem lhe nega! Vós falais, senhor, da China e da Turquia mas esqueceste que é o Brasil o único lugar da América e da Europa onde a maior parte das mulheres são domesticamente tiranizadas! Onde vegetam como planta, onde foram despojadas até os mais remotos direitos, onde a sua inteligência é quase sempre considerada como um crime, e donde, se levantássemos o véu misterioso que encobre a sociedade, recuaríamos espantados! (JORNAL DAS SENHORAS, n. 6, 8 de fevereiro de 1852).

Discursivamente, podemos pensar nos deslizamentos de sentidos deste discurso. Ao mesmo tempo que a editora aponta para uma ruptura com o modo de subjetivação do feminino, ela retoma o discurso estabelecido pelo homem, pela igreja e pelo estado, reafirmando o lugar da mulher como filha, esposa e mãe. Dito de outra forma, ao propor uma nova posição para a mulher na sociedade, ela mantém a mulher na mesma posição e formação discursiva - lugar da constituição do sentido e da identificação do sujeito - que é a da religião e da família. Como nos ensina Orlandi (2005, p. 30) “os sentidos não estão só nas palavras, nos textos, mas na relação com a exterioridade, nas condições em que eles são produzidos e que não dependem só das intenções dos sujeitos”. Entendemos por esta exterioridade, as condições de produção em que são



50 anos do Golpe Militar de 64

"A história que a mídia faz,
conta ou não conta"

formulados estes discursos. Ou seja, as mulheres no século XIX não tinham nenhum direito, eram tratadas como “propriedades”, primeiro pelos pais e depois pelos maridos. Eram criadas para servir, obedecer e nunca expressar opiniões. Portanto, há sempre uma memória discursiva que aciona sentidos já existentes retomando os dizeres possíveis, dos quais o *Jornal das Senhoras* não escapa.

Conforme Pêcheux (2007)

a memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os ‘implícitos’ (quer dizer mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos transversos, etc) de que sua leitura necessita: a condição legível em relação ao próprio legível. (...) essa regularização discursiva, que tende assim a formar a lei da série do legível, é sempre suscetível de ruir sob o peso do acontecimento discursivo novo, que vem perturbar a memória: a memória tende a absorver o acontecimento, como uma série matemática prolonga-se conjecturando o termo seguinte em vista do começo da série, mas o acontecimento discursivo, provocando interrupção, pode desmanchar essa “regularização” e produzir retrospectivamente uma outra série sob a primeira, desmascarar o aparecimento de uma nova série que não estava constituída enquanto tal e que é assim o produto do acontecimento; o acontecimento, no caso, desloca e desregula os implícitos associados ao sistema de regularização anterior. (PÊCHEUX, 2007, p. 52).

A partir das análises, podemos compreender, na textualização do *Jornal das Senhoras*, a importância deste periódico como o primeiro jornal redigido por uma mulher para a história do jornalismo brasileiro, por ser um acontecimento social. No artigo “*A história não existe?*”, Paul Henry faz a distinção entre a história, a historiografia nas ciências sociais e a historicidade, da forma como é proposta pela análise do discurso.

Não há fato ou evento histórico que não faça sentido, que não peça interpretação, que não reclame que lhe achemos causas e consequências. É nisso que consiste para nós a história, nesse fazer sentido, mesmo que possamos divergir sobre esse sentido em cada caso. Isso vale para a nossa história pessoal, assim como para a outra, a grande História. Em se tratando das ciências humanas, se nós não nos contentamos com uma historiografia que fingiria ignorar esse sentido que está sempre já-lá a retificar, a corrigir, a



50 anos do Golpe Militar de 64

*"A história que a mídia faz,
conta ou não conta"*

nuançar, é preciso admitir que não podemos não ser levados a reabrir essas questões fundamentais que as ciências humanas não cessaram de tentar evitar, que lhes retornam através da crítica interna e ou externa e que fixam os limites dos saberes que elas nos apresentam. (HENRY, 2010:47).

Desse modo, Paul Henry demonstra que a historicidade é ligada à questão da linguagem e à do sujeito. Por isso, a contrapõe ao conceito de historiografia como produtora de dados e de conteúdos, numa dimensão temporal expressa como cronologia e evolução. Para a AD, a relação da historicidade é com o texto, com sua determinação histórica, com a materialidade do sentido e do sujeito, buscando compreender como a matéria textual faz sentido. Ou seja, “a noção de historicidade mostra sua especificidade, seu aspecto paradoxal: ela constrói o gesto de interpretação e, ao mesmo tempo, é ela própria interpretativa, porque sua matéria é simbólica” (Orlandi, 2003, p. 15).

Algumas considerações

Ao iniciar as análises deste periódico, a nossa questão norteadora era compreender se este acontecimento social poderia ser um acontecimento discursivo. Se ao propor a emancipação moral e social das mulheres, a editora do Jornal das Senhoras, Joana de Noronha, produziu uma diferença na discursividade daquela época. No entanto, as nossas análises nos mostram, a priori, que não há descontinuidade, não há ruptura no modo de enunciar desse jornal, porque ele mantém a continuidade de falar sobre as mulheres para os homens, permanecendo na mesma posição-sujeito e na mesma formação discursiva dos jornais que circularam naquele período. Ou seja, nos termos da AD, o Jornal das Senhoras não se constituiu em um acontecimento discursivo, mas teve grande contribuição para o desenvolvimento da imprensa brasileira.



50 anos do Golpe Militar de 64

"A história que a mídia faz,
conta ou não conta"

Referências

BUITONI, Dulcília Schroeder – **Imprensa Feminina**. Editora Ática, São Paulo-SP, 1986

HENRY, Paul – **A história não existe?** In Gestos de Leitura. Orlandi, Eni (org).3. edição. Editora Unicamp, 2010

JORNAL DAS SENHORAS – Rio de Janeiro, 1852 – Disponível no arquivo digital da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

MARTINS, Ana Luiza , DE LUCA, Tânia Regina (orgs) – **História da Imprensa no Brasil**. Editora Contexto, São Paulo, SP, 2008

MOREIRA, Nadilza M. De B. - **Júlia Lopes de Almeida: o lugar do feminino na imprensa oitocentista brasileira**. Revista Letra Viva, vol. 9, n. 1, 2008

ORLANDI, Eni P. – **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. Editora Pontes, Campinas, SP. 2005

_____ – **Vão surgindo sentidos**. In Discurso Fundador: A formação do país e a construção da identidade nacional. Orlandi, Eni (Org). 3. Edição, Editora Pontes, Campinas, SP. 2003

PÊCHEUX, Michel - **Estrutura ou acontecimento**. Tradução Eni P. Orlandi. 6. Edição. Editora Pontes. Campinas SP, 2012

_____ – **Papel da memória**. In Papel da memória , Pierre Achard (et al). Tradução e Introdução: José Horta Nunes. 2. Edição. Editora Pontes, Campinas, SP. 2007.

_____ - **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Trad. Eni P. Orlandi. Campinas, SP. Editora Unicamp, 1988

RIBEIRO, Mônica - **Movimento feminista na fonte dos centros de combate à violência contra mulheres**, In Anais do I Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas, Universidade Estadual de Londrina, junho de 2010.